

TRAZER A INFRAESTRUTURA DE VOLTA ÀS PRIORIDADES DO GOVERNO

Países industrializados e emergentes têm recorrido a novos investimentos em infraestrutura quando desejam reaquecer suas economias em períodos recessivos — o Brasil não poderia fazer diferente

Um economista com o currículo de Luciano Coutinho escreveu na imprensa em tempos recentes: a saída para o País acelerar a expansão econômica – que resiste em se deslanchar – é investir em infraestrutura. Ele reconhece que as finanças públicas em grave crise fiscal não possuem condições para investir; resta ao governo nas três esferas administrativas agilizar as concessões e PPPs – e dá o caminho das pedras: contratar empresas projetistas privadas para formatar esses certames e editais, ao invés de depender das equipes dos ministérios sempre sujeitos a pressões políticas, falta de expertise e velocidade na execução.

Inspirando-se na experiência de sucesso do Canadá e Inglaterra, não há porque reinventar a roda. As cláusulas para salvaguardar o interesse público em concessões e PPPs já foram discutidas à exaustão; aliás, uma das exigências dos investidores privados é a segurança jurídica propiciada por agências reguladoras independentes, com autonomia e equipes técnicas experientes. Há capital global de sobra que busca melhores ganhos, mas sem abrir mão da segurança.



Luciano Coutinho

Vinte e seis entidades ligadas à construção e engenharia, tendo à frente a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), vão apresentar aos candidatos presidenciais um programa de medidas capaz de gerar estímulo significativo e sustentável às atividades da indústria imobiliária e das obras de infraestrutura – sem pressionar as contas públicas. Em resumo, esse programa propõe:

- Criação de um fundo de direito privado, similar ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), para ancorar projeto de infraestrutura no âmbito federal e municipal, inspirando-se no sucesso do FAR no programa Minha Casa Minha Vida;
- Esse mecanismo estabelecerá parâmetros claros e seguros para a contratação de projetos do PPI e das concessões municipais, evoluindo a partir das regras fixadas pela Lei 8.666;
- Capitalizar a Caixa Econômica Federal, incorporando-se o lucro apurado ao seu capital, para que possa retomar os financiamentos à indústria imobiliária, saneamento e mobilidade urbana;
- Concluir a regulamentação da Letra Imobiliária Garantida, para a qual faltam regras a serem definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- Regulação dos distratos de imóveis em construção, pendente desde 2016;
- Aperfeiçoamento da lei de licitações, em especial a contratação obrigatória de seguro em obras públicas;
- Agilizar os prazos das licenças ambientais;
- Regras claras para a paralisação de obras públicas, para que possam ter continuidade mesmo em caso de irregularidades, aplicando-se indenização e penalidades legais aos responsáveis.

INICIATIVA PRIVADA MANTEM FLUXO DE INVESTIMENTOS — DE OLHO NO MERCADO DOMÉSTICO A MÉDIO PRAZO

A newsletter digital Investimentos & Obras da revista *OE* acompanha há mais de três anos os novos projetos e iniciativas do setor privado, incluindo concessionárias, que envolvem inves-

timentos em infraestrutura de energia, transportes, saneamento e da indústria do petróleo, inclusive instalações para atividades produtivas de bens duráveis e de consumo, logística, e edificações comerciais e de serviços.

São empreendimentos programados dentro de uma visão de mercado a médio prazo, considerando o potencial de demanda pela população de 200 milhões de habitantes – cujo padrão de vida na sua maioria tem muito a melhorar. É claro que as obras prometidas pelo governo também são registradas, desde que sejam de curto prazo, excluindo-se empreendimentos sabidamente de longo prazo e que ainda buscam fontes de *funding*.

Pela tabela publicada (ver página seguinte), são pelo menos R\$ 83 bilhões a serem investidos em projetos desse ano em diante, sendo que a infraestrutura responde por R\$ 40 bilhões – investimentos privados e públicos – e o setor industrial por R\$ 28 bilhões.

DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA ALCANÇAM R\$ 9,6 BI NO 1º SEM

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) divulgou pesquisa em que apontou crescimento vertiginoso de debêntures de infraestrutura. As emissões bateram recorde desde sua criação, em 2011, somando R\$ 9,6 bilhões no primeiro semestre deste ano. O valor atingido é quase quatro vezes maior do que o registrado entre janeiro e junho de 2017.

Neste primeiro semestre, o total captado das debêntures incentivadas foi de R\$ 9,6 bilhões, contra R\$ 2,1 bilhões do mesmo período de 2017, um aumento de 353%.

DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA – CAPTAÇÕES		
Empresa	Setor	Valor
Celso (SE)	Energia	R\$ 3,37 bi
Rede D'Or	Hospitalar	R\$ 1,62 bi
Entrevias	Rodovia	R\$ 1 bi
Heinz Brasil	Alimentos	R\$ 655 mi
CTEEP (SP)	Energia	R\$ 526 mi
ViaQuatro	Transportes	R\$ 500 mi
Rio Paraná	Energia	R\$ 480 mi (em duas captações)
Coelce (CE)	Energia	R\$ 270 mi
Copasa (MG)	Saneamento	R\$ 267 mi (em 2 captações)
AES Tietê	Energia	R\$ 200 mi
Centrais Eólicas Assuruá	Energia	R\$ 193 mi (em 2 captações)
Ultrafértil	Logística	R\$ 175 mi
Fospar Química	Química	R\$ 151 mi
EDP Transmissão	Energia	R\$ 115 mi
Algar	Telecomunicação	R\$ 76 mi